

UBS Brasil Banco de Investimento S.A. CNPJ n° 18.520.834/0001-93

Relatório da Administração

Administração tem participação ativa no gerenciamento de riscos através de uma robusta estrutura de comitês e da aprovação de políticas específicas e de limites de exposição aos diversos riscos dentro dos níveis aceitos pelo Banco. Dessa forma, reforça o seu papel dentro da governança corpo-rativa, inclusive na identificação e discussão prévia dos riscos inerentes de novos produtos e serviços. As atividades de controle de riscos são executadas por áreas específicas e independentes, sob a coordenação do Diretor de Riscos do Banco, e segregadas das áreas de negócio e de Auditoria In-terna. Há áreas específicas para o controle de cada disciplina de risco (mercado, crédito e operacio-nal), além de área específica para riscos de banco. Todos os riscos são discutidos em comitês e fó-runs de discussão específicos e a sua integração materializada através do Comitê de Comitée se

Riscos, no qual são abordados todos os tópicos relevantes dos comitês específicos. Continuidade de Negócio: A entidade legal foi adquirida pelo Grupo UBS com o intuito de construir a infraestrutura necessária para o retorno do Grupo UBS ao Brasil, além do desenvolvimento orgânico do negócio do necessaria para o retorno do Grupo UBS ao Brasil, allem do desenvolvimento organico do negocio de Grupo UBS Brasil. O UBS AG vem realizando e irá realizar os aportes de capital necessários para continuidade do desenvolvimento dos negócios. **Quvidoria:** O componente organizacional de Ouvi doria encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas pela Resolução CMM 4.433. **Agradecimentos:** Agradecemos aos nossos clientes, parceiros e colaborar dores pelo sucesso alcançado no exercício. A Administração

Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

esultado bruto da intermediação financeira

Outras obrigações

Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/e

Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercícios

Demonstrações do resultado - Semestre findo em 31 de dezemb e exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Notas

10

2016

3.597

3.597 7.080

(195)

2016 2015

7.080 6.346 7.080 6.346

(439) (916) (1.045) (220) (481) (636)

(398) (349)

(3.959) (4.358) (5.937)

(775) 1.847 (614)

(775) 1.847 (614)

62 676

(775) 1.847

1.909 1.909

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V. Sa: Brasil Banco de Investimento S.A., relativas ao exercicio fin seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central di objetivos estratégicos: Desde o início de suas operações junho de 2013, o Banco trabalha no desenvolvimento e co ções realizadas estão em linha com os objetivos estratégi	do em 31 de dezembro de 2016 o Brasil. Adequação das opers no Brasil como banco de investii nsolidação de suas atividades. icos estabelecidos no plano de	6, as quais ações aos mento, em As opera- e negócios	dentro dos níveis aceitos pelo Banco. Dessa forma, reforça o seu paperativa, inclusive na identificação e discussão prévia dos riscos inerente As atividades de controle de riscos são executadas por áreas espec coordenação do Diretor de Riscos do Banco, e segregadas das área:	exposição a el dentro da s de novos p cíficas e ind s de negócio	aos divers governar produtos e dependent o e de Au	sos riscos iça corpo- e serviços. es, sob a iditoria In-	de Negócio: A entidade legal foi adq necessária para o retorno do Grupo L Grupo UBS Brasil. O UBS AG vem re continuidade do desenvolvimento do doria encontra-se em funcionamento
entregue ao Banco Central do Brasil, e em conformidade o mento de riscos: O UBS Brasil Banco de Investimento tel gestão e no controle de riscos, alinhada com a prática glot	m buscado o contínuo aprimora pal e com os requerimentos loc	amento na ais. A Alta	terna. Há áreas específicas para o controle de cada disciplina de risco nal), além de área específica para riscos de banco. Todos os riscos s runs de discussão específicos e a sua integração materializada atra	o (mercado, ão discutido	crédito e os em cor	operacio- nitês e fó-	Resolução CMN 4.433. Agradecime dores pelo sucesso alcançado no ex
Balanços patrimoniais - 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)							Demonstrações do resul
Ativo	Notas 2016	2015	Passivo	Notas	2016	2015	e exercícios fir
Circulante	58.625		Circulante		2.154	2.043	(Em milh
Disponibilidades	4 1.909	62	Outras Obrigações		2.154	2.043	
Títulos e valores mobiliários Carteira própria	5 56.190 56.190		Fiscais e previdenciárias	7	2.154	2.023	Receitas de intermediação financeira
Outros créditos	526	521	Diversas			20	Resultado de operações com título
Negociação e intermediação de valores	6 200	200	Exigível a longo prazo		980	220	Resultado bruto da intermediação fir
Diversos	6 326	321	Outras Obrigações		980	220	Outras receitas/despesas operaciona Outras despesas administrativas
Realizável a longo prazo	337	15_					Despesas tributárias
Outros créditos	337	15_	Fiscais e previdenciárias	7 e 14	980	220	Outras receitas operacionais
Diversos	6 337	15	Patrimônio Líquido		55.854	52.515	Outras despesas operacionais
Permanente	26	38_	Capital Social	9	46.200	46.200	Resultado Operacional
Imobilizado de Uso	26	38	Reservas de lucros		9.678	6.335	Resultado antes da tributação sobre
Outras imobilizações de uso	59	59	Ajuste de avaliação patrimonial		(24)	(20)	Imposto de renda e contribuição soc
(-) Depreciações acumuladas	(33)	(21)					Provisão para Imposto de renda corr
Total Ativo	58.988		Total do Passivo		58.988	54.778	Provisão para Contribuição social co
4	As notas explicativas são	narte inten	rante das demonstrações financeiras				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimonio liquido - Semestre findo em 31 de dezembro de 2016	
e exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)	

		Reservas de lucros		Ajustes ao valor	Lucros	
	Capital Social	Legal	Outras	de mercado	acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	46.200	162	3.086	(30)	_	49.418
Ajustes no valor de mercado - TVM	_	_		10	_	10
Lucro do exercício	_	_		_	3.087	3.087
Destinações: Reserva legal	_	155		_	(155)	
Reserva especial de lucros	_	_	2.932	_	(2.932)	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	46.200	317	6.018	(20)	_	52.515
Ajustes no valor de mercado - TVM				(4)	_	(4)
Lucro do exercício				_	3.343	3.343
Destinações: Reserva legal	_	167	_		(167)	
Reserva especial de lucros	_		3.176		(3.176)	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	46.200	484	9.194	(24)		55.854
Saldo em 30 de junho de 2016	46.200	400	7.585	(19)	_	54.166
Ajustes no valor de mercado - TVM	_			(5)	_	(5)
Lucro do período		<u>.</u>	<u> </u>		1.693	1.693
Destinações: Reserva legal		84	<u>-</u>		(84)	
Reserva especial de lucros	_	_	1.609		(1.609)	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	46.200	484	9.194	(24)		55.854
As notas explicati	vas são parte integrant	e das demonst	rações financeir	as.		

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional: UBS Brasil Banco de Investimento S.A., é uma sociedade anônima, com sede em São Paulo, e possui como objetivo social a prática de operações ativas, passivas e acessó-rias inerentes às respectivas carteiras autorizadas, bem como aqueles serviços permitidos aos ban-

cos de investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, incluindo operações de câmbio, e a participação em outrás sociedades, na qualidade de sócio, quotista ou acionista, e exercer outras atividades expressamente autorizadas, em conjunto, pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **2. Apresentação e elaboração**

do Brasil (BACEN) e pela Comissão de Valores Mobiliánios (CVM). 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF - e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações. A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujetios a essas estimativas o premissas referem-se, basicamente, à marcação a mercado de instrumentos financeiros e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração do Banco revisa as estimativas e premissas periodicamente. A diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 31 de março de 2017. 3. Principais práticas contábeis: a) Apuração de resultado: O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento. <u>b). Caixa e</u> mente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento. <u>b) Caixa e equivalentes de caixa.</u> Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto

influeda hatolicia de sad utilizados pelo bantos para gerentamiento de secución por inspersos de cunto prazo. e) Titulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: De acordo com o esta-belecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classifi-cados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos e compreendem os títulos adquirídos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado desta valorização ou desvalorização computado ao resultado. Os títulos disponíveis para venda representam os títulos que não foram adquirídos para frequente negociação e são utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Esses títulos são avaliados ao valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização. Os títulos disponíveis para venda são apresentados no ativo circulante em virtude da entidade utilizá-ios na sua gestão de caixa. Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos para os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado. d) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo: São apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendi-

pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendi-mentos auteridos até a data do balanço. <u>e) Permanente: Imobilizado de uso</u> - são registrados pelo custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear segundo parâmetros e taxas estabelecidos pela legislação tributária. <u>f) Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo</u>: *Demais* passivos circulantes - são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quan-

passivos circulantes - são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços. Provisões - uma provisão é reconhecida no balanço quando o Banco possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado onde é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. g) Impostos e contribuições: Imposto de renda e contribuição social: a provisão para o imposto de renda foi constituída à aliquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R\$240 no ano. A provisão para contribuição social é calculada à aliquota de 15% até aposto de 2015, aposte fetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição Social para Financiamento da Seguridade (COFINS): são calculados sobre as receitas do Banco, excluindo as deduções permitidas pela legislação em vigor, às aliquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. h) Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment): Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável De acordo com a Resolução CMN nº 3.566/2008, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de pedras em relação ao valor recuperável de ativos (impairment). Banco testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecimento, mensuração e divulcando a tendo dos evalor recuperável dos ativos sendo esta se eventuais perdas a melação do momento dos evalors esta dos acustamentes dos comos mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecidas as eventuais perdas a melação. gaçad de perdas metaçad au vaior recupieraver de atros (miphariment), o bancio testa, in orimnimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecidas as eventuais perdas apuradas no resultado do exercício. No exercício não foram constatadas perdas no valor recuperável dos atros. <u>I Passivos e ativos contingentes e obrigações legais: O reconhecimento, mensuração e divulgação</u> dos ativos e passivos contingentes, e as obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Tecnico n° 25, do Comité de Pronunciamentos Contableis - CPC apro-vado pela Resolução n° 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, conforme descrito abaixo: Afrivos:

vado pela Resolução nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, conforme descrito abaixo: Atívos: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de conflábilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela conflimação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Passívos: são reconhecidos quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a líquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passívos contingentes com risco de perda possível são apenas divulgações e nenhuma provisão é reconhecida. Os passivos contingentes com risco de perda remota não requerem divulgação e provisão. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: são registradas na rubrica fiscais e previdenciárias cupações legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão. Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, atualizados com base na taxa do órgão recebedor dos mesmos, sem dedução das provisões para passivos contingentes e obrigações legais, sem despos para passivos contingentes e obrigações legais elegais, escabedo dos mesmos, sem dedução das provisões para passivos contingentes e obrigações legais elegais para passivos contingentes e obrigações legais elegais, escabedor dos mesmos, sem dedução das provisões para passivos contingentes e obrigações legais elegais, recebedor dos mesmos, sem dedução das provisões para passivos contingentes e obrigações legais, em atendimento às normas do BACEN. <u>I) Fluxo de caixa</u>: Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa o Banco utiliza o método indireto segundo o qual o lucro ou prejuízo antes dos impostos é ajustado pelos seguintes efeitos: (i) Transações que não envolvem caixa; (ii) Quaisquer diferimento ou outras apropriações por competência sobre recebimentos ou pagamentos operacionais passados ou futuros; (iii) Itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimen-

to ou financiamento. k) Lucro por ação: O Banco efetua os cálculos do lucro por ação - utilizando o número de ações ordinárias totais em circulação, no final do exercício correspondente ao lucro

os Acionistas e aos Administradores da

(prejuízo) do período.

UBS Brasil Banco de Investimento S.A - São Paulo - SP
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da UBS Brasil Banco de Investimento S.A. ("Banco") que compreendem o balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem resultado, das mulações do partimonio liquido e dos fluxos de cativa para o exercicio findo nessa data, pera como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UBS Brasil Banco Investimento S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Base para opinião: Nossa audifloria foi conduzida de acordo com as pormas brasileiras e interaçionais de auritária; alvessas responsabilidades. conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela em conformidade com tais normas, estao descritas na seçao intitulada "Hesponsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação o Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Etica Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que comprendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre asse relatório. Em conexão com a auditoria da emonstrações financeiras nossa auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na

auditoria ou, de outra forma, aparenta estar disforcido de forma relevante. Se, com base no trabalho

4. Caixa e equivalentes de caixa		
·	2016	2015
Disponibilidades		
Reservas livres	1.909	62
	1.909	62
5. Títulos e valores mobiliários: Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os títulos foram classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e são repre		obiliários

Carteira própria: Letras Financeiras do Tesouro Acima de 365 dias 56.235 56.190 54.178 54.142 Os títulos públicos foram ajustados a valor de mercado com base na precificação interna, sendo efetuada comparação com as taxas divulgadas pela ANBIMA. A marcação a mercado foi contabilizada em contrapartida à conta de ajuste de valor patrimonial no patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, perfazendo o montante de R\$ (24) (R\$ (20) em 2015). Os títulos públicos são custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC. Não havia operações com instrumentos li-anaceiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015. No exercício não

ouve reclassificações entre categorias nos títulos e valores mobiliários 6. Outros créditos 2016 2015 Negociação e intermediação de valores 200 200 326 Bolsas - depósitos em garantia 321 Créditos tributários de impostos e contribuições 16

305 Realizável a longo prazo 337 15 15 Depósito judicial (Nota 14) (i) Refere-se, substancialmente, à antecipação de imposto de renda e contribuição social. 7. Outras obrigações - Fiscais e Previdenciárias 2015 Circulante Impostos e contribuições sobre o lucro 1.994 mpostos e contribuições a recolher 29 mpostos e contribuições contingentes (Nota 14) 8. Imposto de renda e contribuição social: a) Demonstramos a seguir o cálculo da despesa de

imposto de renda e contribuição social 2016 2015 Imposto Apuração de imposto de renda e contribuição social - correntes Resultado antes da tributação sobre o lucro 6.164 6.164 5.301 5.301 Adições/(exclusões): Atualização de passivos fiscais contingentes Despesas não dedutíveis 124 44 44 Atualização de depósitos judiciais (31) 5.345 5.345 Lucro real 6.321 Alíquota de 15% para IR Adicional de 10% de IR Alíquota de 15% para CS até Ago/2015 (948)(511) e de 20% a partir de Set/2015 (1.265)(901)(1.556) (1.265) b) Créditos tributários: O Banco possui créditos tributários de IR e CS não contabilizados, decorrentes de diferenças temporárias sobre demandas judiciais no montante de R\$ 441 (R\$ 99 em 2015). 9. Patrimônio líquido: Capital social: O capital social está representado por 46.200 ações ordinárias Partimonio riquido: <u>Capital Social</u>. O capital social esta representado por 46.200 ações ortonarias nominativas, sem valor nominal, subscritas por uma acionista domicilidad no país. <u>Reserva de lucros:</u>
A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A parcela de lucro não distribuída terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral, por proposta da diretoria. <u>Juros sobre capital próprio:</u> Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não foram pagos juros sobre capital próprio conforme faculta o artigo 9º da Lei nº 9.249/95. <u>Dividendos mínimos:</u> Conforme o Estatuto Social do Banco, aos acionistas é assegurado os dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, calculados nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas. A distribuição de dividendos está suieita a proposta da diretoria em Assembleja Garal de Acionistas a a qual podrár deliberar sobre a

sujeita a proposta da diretoria, em Assembleia Geral de Acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros. A acionista UBS Brasil Holding Financeira S.A. deliberou sobre a retenção total do lucro do período de 2016 à conta de reservas especiais de lucros. 2° semestre 2016 2015 10. Outras despesas administrativas Despesas de publicações, publicidade e propaganda 71 64 Despesas com serviços do sistema financeiro Despesas com serviços técnicos especializados 77 239 286 12 Despesa com depreciação 12 Doações 44 Contribuições a entidades de classe 636

Relatório dos auditor independente sobre as demonstrações financeiras realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e leguada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança são aqueles com exponsabilidade pala surenvisão do processo da elaboração das demonstrações financeiras. responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de obiet segurança razoaver de que as demonstrações infanceiras, contadas em conjunto, estad inves de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam e são consideradas relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financieiras. Como narte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos

(42)(68) Outras despesas operacionais 3.158 6.164 5.301 3.158 6.164 5.301 esultado antes da tributação sobre o lucro posto de renda e contribuição social (1.465) (2.821) (2.214) ovisão para Imposto de renda corrente (657) (1.265) (901) ovisão para Contribuição social corrente Lucro líquido do semestre/exercícios 1.693 3.343 3.087 Lucro líquido por ação - R\$ 36,65 72,36 66,82 As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras Demonstrações dos fluxos de caixa - Semestre findo em 31 de dezembro de 2016 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais 2016 2016 2015 Atividades operacionais Lucro líquido do semestre/exercícios Ajustes que não afetam o caixa: 1.693 3.343 3.087 Atualização de depósito judicial (31)Atualização de passivos contingentes 10 12 Ajuste de avaliação patrimonial- TVM disponível para venda (4) 1.103 2.125 1.994 Imposto de renda e contribuição social Lucro líquido ajustado no seme Variações de ativos e passivos **3.184 6.205** 5.323 Títulos e valores mobiliários (3.587) (2.048) (4.321) (224) (296) (79) (148) (2.014) (1.537)

11. Despesas tributárias 2° semestre 2016 2015 Despesas de contribuição social - COFINS 144 283 254 Despesas de contribuição - PIS 23 **46** 41 **69** 54 398 195

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financia

195 398 349

12. Gerenciamento de riscos e de capital: O Banco aderiu à estrutura de gerenciamentos de riscos e de capital em atendimento às Resoluções nº 3.380/06, nº 3.464/07 e nº 3.988/11 do CMN e alterações posteriores. As descrições dessas estruturas de gerenciamentos estão disponibilizadas no site da Instituição Líder (https://www.ubs.com/global/pt/legalinfo2/brazi/lrisk-control.html). 13. Limites operacionalis: Consoante aos preceitos do Novo Acordo de Capital (Basileia II), o Conselho Monetário Nacional (CMN) publicou as Resoluções nos 3.380, 3.464 e 3.721, que tratam das estruturas para gerenciamento de riscos operacionais e de mercado e de crédito, respectivamente. O Banco Central do Brasil - BACEN, em 2013, incorporou os requerimentos de Basileia III através da publicação das circulares que definem as novas metodologias de requerimento de capital para Risco de Crédito (Circular nº 3.644), Risco de Mercado (Circulares nos. 3.634, 3.635, 3.639, 3.639 e 3.641) e Risco Operacional (Circular nº 3.640), bem como das Resoluções nº 4.192, que altera as regras de apuração do Patrimônio de Referência Exigido a ser aplicado a partir de 1º de outubro de 2013. O Conglomerado Prudencial, que tem como entidade líder o UBS Brasil Banco de Investimento S.A., utiliza como base O Patrimônio de Referência Exigido dividido por 9.875% (conforme cronograma de Basileia III definido pelo Banco Central do Brasil), (11% em 2015) que é o patrimônio mínimo exigido pelo BACEN, e em 31 de dezembro de 2016, atingiu o índice de 72,39% (88,54% em 2015).

9	2016	2015
Patrimônio de Referência - PR	182.132	199.314
Nível I	182.132	199.314
Patrimônio líquido	182.132	199.314
Nível II		
Patrimônio de Referência Exigido - PRE	24.847	24.761
Risco de crédito	3.550	3.720
Risco de mercado		
Risco operacional	21.297	21.041
Margem	157.285	174.553
Ativo ponderado pelo risco	251.611	225.103
Índice de Basileia	72,39%	88,54%

14. Contingências: O Banco figura como réu em processos judiciais de natureza fiscal e cível decorrentes do curso normal de suas atividades, como segue: Passivos contingentes classificados como perdas prováveis

2016 Saldo inicial Adições à Atualização Saldo final 31/12/2015 provisão monetária 31/12/2016 (ativo) Fiscais e previdenciárias 337 2015 220 Total Saldo Depósito judicial (ativo) Adições à Atualização Saldo final provisão monetária 31/12/2015 inicial

CSLL 9/20% (1) 15 Total — 220 — 220 — 15

(1) CSLL - refere-se à provisão constituída relativa à discussão judicial sobre a majoração da alíquota de 9% para 15% para instituições financeiras a partir de maio de 2008 e de 15% para 20% a partir
de setembro de 2015. Foi concedida liminar para suspender a exigibilidade nos moldes das Leis
13.169/15 e 11.727/08 e permitir o recolhimento nos moldes da legislação aplicável às empresas não
financeiras. São efetuados depósitos judiciais da parcela do tributo em discussão. Perdas possívels:
Em 31 de dezembro de 2016, o Banco possui 1 ação cível no montante de R\$ 11 (R\$ 24 em 2015),
classificadas pela administração e seus assessores jurídicos como de perda possível e para as quais
não foram constituídas provisões. 15. Outras informações: a) Em 31 de dezembro de 2016 e 2015,
o UBS Brasil Banco de Investimento S.A., não possuía recursos de terceiros administrados de particulares, fundos e clubes de investimentos, b) Em 23/02/2017 o Conselho Monetário Nacional, através
do Banco Central do Brasil (BC), tornou público a Resolução nº 4.557. A Resolução dispõe sobre os
requerimentos adicionais a serem aplicados à estrutura de gerenciamento de riscos e estrutura de
gerenciamento de capital, das Instituições autorizadas a funcionar pelo BC. A nova regulamentação
segmenta as instituições em cinco níveis (S1 a S5) que são classificadas conforme o seu grau de
importância sistêmica para o mercado financeiro brasileiro. O UBS Brasil Banco de Investimento S.A
é classificado como "S4". O revigoramento das estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital deverão ser implementados, pelo Banco, até o final de fevereiro de 2018, prazo
permitido para as instituições enquadradas no S2, S3, S4 e S5. 220 15

Bruno Costa Barino - Diretor

de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planeiarmos procedimentos de auditoria apropriados para internos felevantes para a auditoria para pianejarmos procedimentos de auditoria apropinados na circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação du so, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar divida perificativa par relação. • A acesidade do continuidad o poracional de Repos, So apocitimos que operacional de Repos. So apocitimos que postavidado poracional de Repos. So apocitimos que portividado por poracional de Repos. So apocitimos que portividado por poracional de Repos. So apocitimos que portividado por portividado poracional de Repos. So apocitimos que portividado por portividado portividado portividado por significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banço a não mais se mante data de nosso relationo. lodavia, eventos ou condições fluturas podem levar o bando a nao mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusives as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 31 de marco de 2017 **ERNST & YOUNG** Kátia Sayuri Teraoka Kam

Building a better

Fiscais e previdenciárias

Auditores Independentes S.S. CRC-2SP015199/O-6

Contadora CRC-1SP272354/O-1

Ivânia Gomes Vilela - CBC-1SP189400/O-9